A ATUAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE PARLAMENTARES LICENCIADOS: ANÁLISE CONSTITUCIONAL, PENAL E ELEITORAL DO CASO EDUARDO BOLSONARO

Autor(res)

Rogério Piccino Braga
Richard Willian Maturana

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - BANDEIRANTES

Introdução

O caso do deputado federal Eduardo Bolsonaro destaca um fenômeno sem precedentes na política brasileira: a utilização da licença parlamentar para atuação política transfronteiriça, com impactos constitucionais, penais e eleitorais. Licenciado, o parlamentar usa base em Miami para ações contra instituições brasileiras, financiadas com recursos públicos. Tal situação levanta questões sobre a violação da soberania, integridade do mandato e aplicação da legislação penal e eleitoral brasileiras. Esta análise visa contextualizar o caso, apresentar dados documentados e os fundamentos jurídicos que o permeiam, destacando sua repercussão no atual cenário político.

Objetivo

Analisar, na visão de aluno do 4o perído de direito, constitucionalmente, penalmente e eleitoralmente a atuação transfronteiriça do deputado licenciado Eduardo Bolsonaro, destacando as violações legais, o impacto político e as consequências jurídicas, a partir da documentação oficial e do exame do ordenamento jurídico nacional.

Material e Métodos

Esta pesquisa foi conduzida por meio de análise documental de inquéritos, relatórios e legislação aplicável (CF/88, Código Penal, Lei Eleitoral). Utilizou-se revisão bibliográfica e jurisprudencial, especialmente decisões do STF e TSE relacionadas a licenças parlamentares, crimes eleitorais e organização criminosa. A metodologia incluiu também o exame de dados financeiros oficiais e análise crítico-jurídica dos fatos e fundamentos apresentados no caso.

Resultados e Discussão

As evidências apontam para utilização indevida da licença parlamentar para atividades incompatíveis com os interesses nacionais, configurando crime organizado e abuso de poder eleitoral. Relatórios indicam financiamento público de atividades nos EUA, desinformação e cooptação de redes extremistas. Divergência jurisprudencial e debate constitucional quanto à extensão da soberania têm sido centrais. A análise reforça a necessidade de maior controle legal e transparência para evitar subversão institucional.

Conclusão

O caso Eduardo Bolsonaro revela graves desafios ao controle democrático dos mandatos parlamentares diante da atuação transnacional indevida, configurando violações constitucionais, crimes penais e abuso eleitoral. Ressalta-se a urgência de respostas legislativas e judiciais rigorosas para preservar a soberania nacional e a integridade institucional, impedindo que licenças parlamentares sirvam como mecanismo para ações que desestabilizam o Estado democrático de direito.

Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Art. 54, I; Art. 56.

BRASIL. Código Penal. Art. 7º, §2º; Art. 288-A; Art. 359-H.

STF. Inquérito 4.815/2025. Rel. Min. Alexandre de Moraes.

TSE. Recurso Especial Eleitoral n° 1.452/2024. Rel. Min. Mauro Campbell.

MENDES, G. Curso de Direito Constitucional. Saraiva, 2023.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Gastos do mandato 1331/2023. Jul/2025.

AZEVEDO, R. Fux dirá se Bolsonaro e filho têm sócio no STF. UOL, acesso em 21/07/2025. https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2025/07/21/fux-dira-se-bolsonaro-e-filho-tem-socio-no-stf-para-tentar-terra-arrasada.htm